

CARTILHA

COTAS PARA O ENSINO MÉDIO DO IFG



Mestranda: Ana Paula de Souza

Orientadora: Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: “CARTILHA: COTAS PARA O ENSINO MÉDIO DO IFG – vamos falar sobre o assunto?” | |

Nome Completo do Autor: **Ana Paula de Souza**

Matrícula: **20182020280149**

Título do Trabalho: **CARTILHA: COTAS PARA O ENSINO MÉDIO DO IFG – vamos falar sobre o assunto?**

Autorização - Marque uma das opções

1. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/____ (Embargo);
3. Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
- O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
- Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Jataí, 10/05/2021.

Ana Paula de Souza

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: “CARTILHA: COTAS PARA O ENSINO MÉDIO DO IFG – vamos falar sobre o assunto?” | |

Nome Completo do Autor: **Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz**

Matrícula: **271208**

Título do Trabalho: **CARTILHA: COTAS PARA O ENSINO MÉDIO DO IFG – vamos falar sobre o assunto?**

Autorização - Marque uma das opções

1. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/___ (Embargo);
3. Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
- O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
- Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Jataí, 10/05/2021.



Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

ANA PAULA DE SOUZA
VANDERLEIDA ROSA DE FREITAS E QUEIROZ

CARTILHA:
COTAS PARA O ENSINO MÉDIO DO IFG: vamos falar sobre o assunto?

Produto Educacional vinculado à dissertação:
POLÍTICA DE COTAS E AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFG:
como os cotistas do ensino médio se inserem nelas?

JATAÍ
2021

Autorizo, para fins de estudo e de pesquisa, a reprodução e a divulgação total ou parcial deste produto educacional, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Souza, Ana Paula de.

Cartilha: Cotas para o Ensino Médio do IFG - vamos falar sobre o assunto? Produto Educacional vinculado à dissertação “Política de cotas e ações de permanência e êxito no IFG: como os cotistas do ensino médio se inserem nelas?” [manuscrito] / Ana Paula de Souza e Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz. -- 2021.

24f. ; il.

Produto Educacional (Mestrado) – IFG – Campus Jataí, Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, 2021.

1. Lei de Cotas. 2. Permanência e êxito. 3. Ensino Médio. 4. IFG. I. Queiroz, Vanderleida Rosa de Freitas e. II. IFG, Campus Jataí. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Téc.: Aquisição e Tratamento da Informação.

Bibliotecária – Rosy Cristina Oliveira Barbosa – CRB 1/2380 – Campus Jataí. Cód. F036/2021/1.

APRESENTAÇÃO

A cartilha digital “Cotas para o ensino médio do IFG: vamos falar sobre o assunto?” é o produto educacional resultante da pesquisa intitulada “POLÍTICA DE COTAS E AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DO IFG: como os cotistas do ensino médio se inserem nelas?”, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Jataí.

A pesquisa buscou compreender como os estudantes cotistas do Instituto Federal de Goiás (IFG) se inserem na problemática da permanência e êxito da instituição, tomando como unidade de estudo os estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações (CTIEMEd) ofertado em três câmpus: Câmpus Goiânia, Câmpus Aparecida de Goiânia e Câmpus Anápolis.

As cotas, implementadas no Brasil pela Lei 12.711/2012, visam equacionar a disparidade do acesso à educação pública nas instituições de ensino federais, a qual, ainda hoje, é objeto de disputa entre os grupos das classes que detêm maior poder aquisitivo. Efetivar e legitimar as cotas para grupos que sempre estiveram em desvantagem na sociedade, que são os de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e portadores de deficiências, assume o sentido de reparação de dívida social. Entre os protagonistas da luta reivindicatória que se travou acerca da educação, destaca-se o Movimento Negro. Fruto dessa luta, com muitos anos de atraso, a Lei de Cotas, como ficou conhecida a Lei 12.711/2012, foi estabelecida, dispondo que 50% das vagas das universidades e institutos federais devem ser destinadas a esses grupos, desde que sejam oriundos da rede pública de ensino na integralidade.

A pesquisa demonstrou que essas vagas, por alguma razão ainda a ser desvelada em outra pesquisa para aprofundamento, não são plenamente ocupadas, implicando o remanejamento das que sobram para o sistema universal, o que indica que o público a quem elas se destinam ou concorre no sistema universal ou nem chega a disputá-las. Fato não investigado, mas que permanece como justificativa, é que a não ocupação dessas vagas decorre, em grande parte, da falta de informação associada ao preconceito sobre as cotas. Ademais o ingresso pelo sistema de cotas exige do público a quem elas se destinam uma rígida comprovação documental que pode dificultar ou desanimar os responsáveis pela inscrição a optar pelo sistema de cotas. Os editais de processos seletivos para ingresso nas vagas de cursos da instituição são textos de caráter técnico, cuja leitura e compreensão, para muitos candidatos, torna-se uma tarefa exaustiva e dificultosa sem mediação.

Considerando essas dificuldades, propusemos este Produto Educacional – Cartilha: Cotas para o Ensino Médio do IFG – vamos falar sobre o assunto? - destinada aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental da rede pública de Goiás. A cartilha visa ser essa mediação para a “leitura” dos editais e também para o esclarecimento da importância da lei de cotas para a democratização da educação ofertada nas instituições federais. O Produto Educacional serve, assim, como instrumento e apoio no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo das questões ligadas às cotas. E é preciso “ensinar” sobre as cotas, evidenciá-las como mecanismo de garantia de direito, conquistado para que as disparidades de acessibilidade à educação sejam ser reduzidas, e que, assim, a educação possa, de fato, vir a ser universal.

Discutir as ações afirmativas nesse sentido de universalização é uma urgência escolar, necessitando ser disseminada para que os jovens candidatos entendam seu processo de pertencimento à sociedade por meio das cotas, rompendo com a ideia de que elas concorrem com o mérito e, por isso, sejam “vergonhosas”, como na sociedade ainda ecoa. É preciso falar sobre a importância das ações afirmativas como um mecanismo de inclusão social e racial, por uma sociedade mais justa e democrática. Os conflitos acerca das cotas ainda são um problema na sociedade brasileira, sobretudo no sentido da aceitação desse tipo de ação afirmativa como um direito perante a desigualdade do país. Uma das formas de enfrentar esses conflitos é conhecer o universo das cotas e reconhecê-las como direito, que é o objetivo deste produto divulgado no formato de cartilha digital.

A CARTILHA

A cartilha digital que desenvolvemos como Produto Educacional é voltada para estudantes da rede pública do 9º ano do ensino fundamental que tenham interesse de ingressar nos cursos técnicos do IFG pelo sistema de cotas. Constitui um material informativo, que apresenta, com uma linguagem adequada e lúdica, todas as condições e exigências previstas nos editais dos processos seletivos do IFG.

O termo “cartilha” assume várias acepções. No Dicionário Online de Português, ela é definida como “Livro para ensinar a ler”; “Reza ou ler pela cartilha (de alguém), ter as mesmas convicções; seguir as ideias, as teorias, os métodos (de uma pessoa); ele reza pela minha cartilha” (DICIONÁRIO, 2009-2021). No Dicionário Houaiss, cartilhas são definidas como “livro que ensina os primeiros rudimentos de leitura; carta do abc” e, por extensão, “qualquer compilação elementar”, como também “livrete que contém rudimentos da doutrina cristã”

(HOUAISS, 2004, p. 638). Quanto à etimologia, a palavra é formada por carta + ilha, pelo espanhol *cartilla*, significando “pequeno caderno que contém as letras do alfabeto e os primeiros rudimentos para aprender a ler; diminutivo de *carta*” (HOUAISS, 2004, p. 638). Segundo Houaiss (2004, p. 638), o primeiro registro da palavra cartilha ocorreu em 1959, no segundo volume da obra de cunho catequizante *Monumenta Missionaria Africana*.

Cartilhas de cunho religioso e alfabetizadora foram destaque no Brasil, no sentido de manter a dominação sobre o povo, aos moldes da classe dominante. Desde o período antes mesmo da colonização, foram produzidos, de acordo com Daher (1998, p. 35), “o catecismo romano (incluindo a doutrina cristã) traduzido em língua indígena, e as cartilhas e orações em língua indígena [...]”.

O Brasil colonial conheceu também as cartilhas alfabetizadoras, influenciados pela Europa. Cagliari (1998, p.19) afirma:

As cartilhas surgiram com o Renascimento (séculos XV e XVI), época em que se inicia o uso da imprensa na Europa. Antes disso, os alunos na Universidade produziam seus próprios cadernos de textos, pois os livros eram normalmente escritos à mão. Os professores confeccionavam as Cartas do ABC e as Cartas de Nomes para todos os alunos e recorriam aos comerciantes ou até mesmo aos cartórios para comprar o que denominavam de Cartas de Fora, ou seja, os autos antigos ou documentos manuscritos por escrivães os quais os alunos deveriam decifrar.

A cartilha, ao longo dos séculos, foi tomada como imprescindível para ensinar a ler e escrever no processo de alfabetização. Nos anos de 1880 até 1900, não havia menção sobre utilização de livros nas escolas primárias. Segundo Collares (2015, p. 25300), “a escola primária utilizou-se de diversos materiais para o ensino da leitura e escrita, como: textos manuscritos, elaborados pelos próprios professores”, cujo conteúdo versava sobre a gramática e os princípios da moral cristã e da doutrina católica.

A preocupação com material a ser utilizado e improvisado existia por parte da Diretoria Geral do Ensino. Tanto o material a ser utilizado na sala de aula, como a contratação dos professores, passava antes pelo consentimento das autoridades. Assim, fica claro o controle do Estado na produção de material e adequação dos professores aos seus interesses (COLLARES, 2015, p. 25300).

Tanto o Estado quanto a Igreja dominavam as questões educacionais desse período, no sentido de formar o cidadão para respeitar a Deus e aos governantes.

A educação estava atrelada às condições religiosas e do Estado, ambas andavam juntas, e se disseminavam pela cultura letrada. Para a Igreja, a educação moral do povo brasileiro deveria ser de sua exclusiva competência. Tratava-se, para os católicos, de um esforço político, patriota, uma vez que, colaborando para a pureza dos costumes, estaria formando homens úteis e conscientes, com os conhecimentos necessários aos bons cidadãos (SHIROMA, 2004, p.20).

Segundo Vieira (2017, p.29), “a maioria dos livros utilizados naquele período advinha da França ou de Portugal, o que acarretava um custo de importação muito elevado”. Ainda de acordo com Vieira (2017), no Brasil, a apropriação da cartilha como recurso didático ganha força a partir de 1808, com a transformação do Brasil-Colônia em Império, a partir da chegada da família real ao país. Com enorme número de exigências administrativas impostas pelo Império iniciou-se também o uso da imprensa.

A concepção de escola no Brasil só surge na época republicana, em 1889, conforme a conhecemos hoje, o que protagonizou discussões para mudança no campo da educação do país, desencadeando um novo conceito de educação, voltada para a formação de um homem novo para uma nova sociedade. Tal clima gerou a construção dos primeiros passos para existência de uma política do livro didático.

Necessidade apontada desde o final do século XIX no Brasil, o processo de nacionalização do livro didático – produzido por brasileiros e adequado à realidade brasileira – acompanha *pari passu* o anseio de organização republicana da instrução pública; e, simultaneamente, faz-se acompanhar do surgimento e da expansão do mercado editorial brasileiro, que na escola encontra espaço privilegiado de circulação e público consumidor de seus produtos.

Embora já na segunda metade do século XIX encontrem-se cartilhas produzidas por brasileiros, o impulso nacionalizante nessa área se faz sentir, especialmente em alguns estados, a partir da década de 1890, solidificando-se nas primeiras décadas do século XX, quando se observa o engendramento de fenômenos correlatos: apoio de editores e especialização de editoras na publicação desse tipo de livro didático; surgimento de um tipo específico de escritor didático profissional – o professor; e processo de institucionalização da cartilha, mediante sua aprovação, adoção, compra e distribuição às escolas públicas, por parte de órgãos dos governos estaduais (MORTATTI, 2000, p. 1-2).

Ao final do século XIX era pequeno o número de editoras que publicavam livros escolares, dentre eles, as cartilhas. Na década de 1920, destaca-se a Semana de Arte Moderna, que intensificou no Brasil a discussão sobre livros que retratassem a cultura nacional. Em 1938,

conforme Vieira (2017, p. 33), “o livro didático entrou na pauta de discussão do governo com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático”.

Destacamos aqui a importância das primeiras cartilhas na institucionalização das primeiras escolas e na produção dos livros didáticos. Mesmo que sob total influência do estado, da igreja e da Europa as cartilhas foram percussoras do livro, no sentido da democratização do acesso à informação, ao saber ler e escrever, e também à cultura. O trabalho didático precisou ser remodelado com esses recursos didáticos (cartilhas e livros) para atender ao processo de urbanização e industrialização, nesse caso a educação tecnicista passou a fazer parte da prática docente. As cartilhas, assim, deram lugar ao livro e passaram a ser objeto de estudo pelos pesquisadores interessados na temática da formação do leitor.

Na década de 1980, as cartilhas ainda orientaram o processo de alfabetização, acreditando que todos os alunos tivessem o mesmo aproveitamento na aprendizagem da leitura e da escrita. Após essa década, as cartilhas baseavam-se na memorização de sílabas, palavras e frases soltas, as quais passaram a ser criticadas pelo seu caráter de ensino. Os pesquisadores a julgaram ineficientes para formar o leitor, por seu caráter restritivo, sendo, inclusive, apontada como uma das causas do fracasso escolar (VIEIRA, 2017).

No início da educação brasileira, as cartilhas tiveram uma função pedagógica importante que era alfabetizar segundo uma visão religiosa e ideológica de mundo, em conformidade com a religião católica e a ideologia dominante (DAHER, 1998). No século XXI, as cartilhas ainda vigem, mas assumiram um caráter diferenciado daquele observado na origem de seu uso. As cartilhas, amplamente utilizadas em diversas áreas profissionais, sobretudo na área de saúde, possui um caráter informacional, contendo conteúdos relevantes como, por exemplo, as cartilhas de combate à disseminação de doenças. Tais cartilhas são elaboradas com uma linguagem adequada a diversos públicos, de forma a facilitar o entendimento dos temas abordados.

A cartilha que apresentamos possui esse caráter informacional, voltado para um público jovem e específico: alunos da escola pública para quem as cotas se destinam. Tanto a legislação que dispõe sobre as cotas quanto os editais de seleção possuem uma linguagem formal e técnica, o que pode intervir para a tomada de decisão apressada ou equivocada sobre a opção de ingresso nas instituições federais. Com esta cartilha, buscamos produzir um material que “converse com os candidatos” sobre as cotas.

CARTILHA: COTAS PARA O ENSINO MÉDIO DO IFG – vamos falar sobre o assunto?

A cartilha digital “Cotas para o Ensino Médio do IFG – vamos falar sobre o assunto?” foi desenvolvida com o objetivo de orientar os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino sobre quem pode ou não ser um candidato cotista e o passo a passo dos procedimentos que deve realizar para concretizar-se como cotista no processo seletivo do ensino médio do IFG. Ela está disponibilizada para acesso ao público no site criado pela pesquisadora (<https://www.cartilhacotasifg.com/>). Para quem pesquisar no Google o termo “cartilha cotas ifg”, ela aparecerá na lista.

A cartilha foi desenvolvida a partir do uso de uma plataforma online *Storyboard That*¹⁸. De acordo com o site, trata-se de

uma plataforma de criação fácil de arrastar e soltar, que oferece uma versão gratuita e uma versão premium de assinatura com extensas habilidades. O Storyboard Creator permite que pessoas de todos os níveis criem visuais incríveis para ensinar, aprender e se comunicar. Iniciado como um aplicativo de desktop em 2012, o Storyboard That cresceu e se tornou uma plataforma na qual os professores podem criar materiais e lições para as aulas, os alunos podem se apropriar da voz e do aprendizado e as empresas podem crescer e se comunicar com mais eficiência tanto internamente quanto com os clientes.

A plataforma *Storyboard That* é de fácil manuseio e permite a criação de quadrinhos com imagens variadas de cenários e personagens. Ela nos permite criar personagens com expressões, sentidos de movimentações, escolher tons de pele e tipos de cabelo, cores de roupa e demais estilos, além de apresentar uma excelente qualidade de imagem.

A cartilha apresenta-se como uma História em Quadrinhos (HQ) e usa da metalinguagem para ser apresentada aos estudantes. Ela narra uma história de leitura de uma “outra” cartilha, na qual estão as informações que, de fato, cumprem o objetivo da informação. Buscamos apresentar os diálogos da forma mais verossímil possível, considerando uma sala de aula do 9º ano. Para adequar a linguagem, solicitamos a uma aluna do 9º ano que lesse o texto original e nos ajudasse na construção dos diálogos.

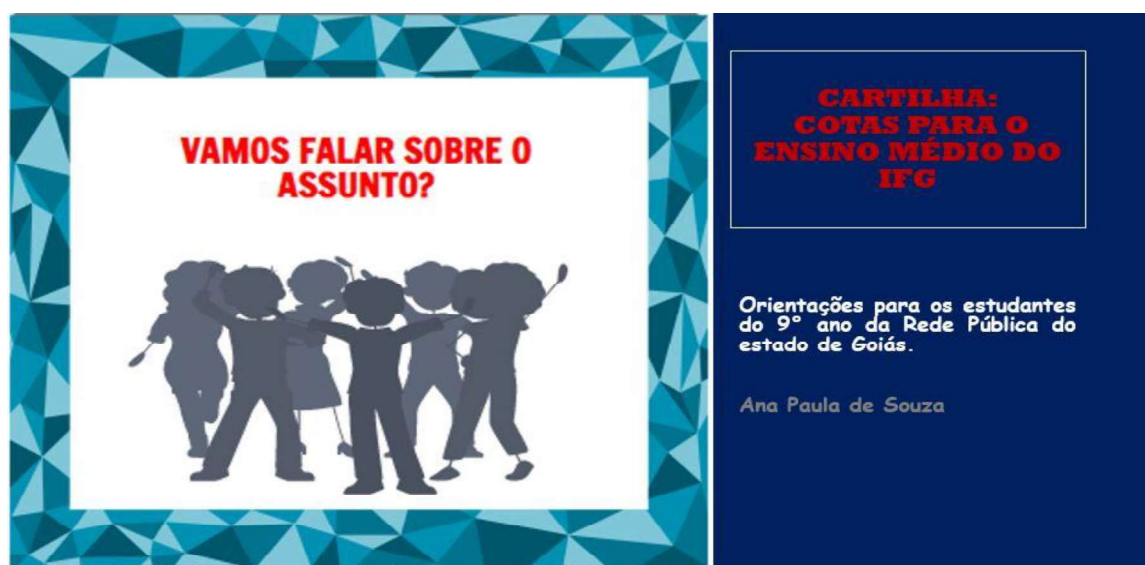
Apresentamos a cartilha e procedemos à análise das imagens e do conteúdo, ratificando a importância da linguagem como forma de apresentar uma informação pautada pela intenção de cooperar para a transformação social.

¹⁸ Plataforma StoryBoard That. Disponível em: <https://www.storyboardthat.com/pt>. Acesso em: 27 dez. 2020.

A ANÁLISE DA CARTILHA

A cartilha foi composta por 32 (trinta e duas) imagens de HQ. A análise abordará o cenário, a linguagem, a movimentação corporal, a expressão facial e os diálogos constantes de cada figura.

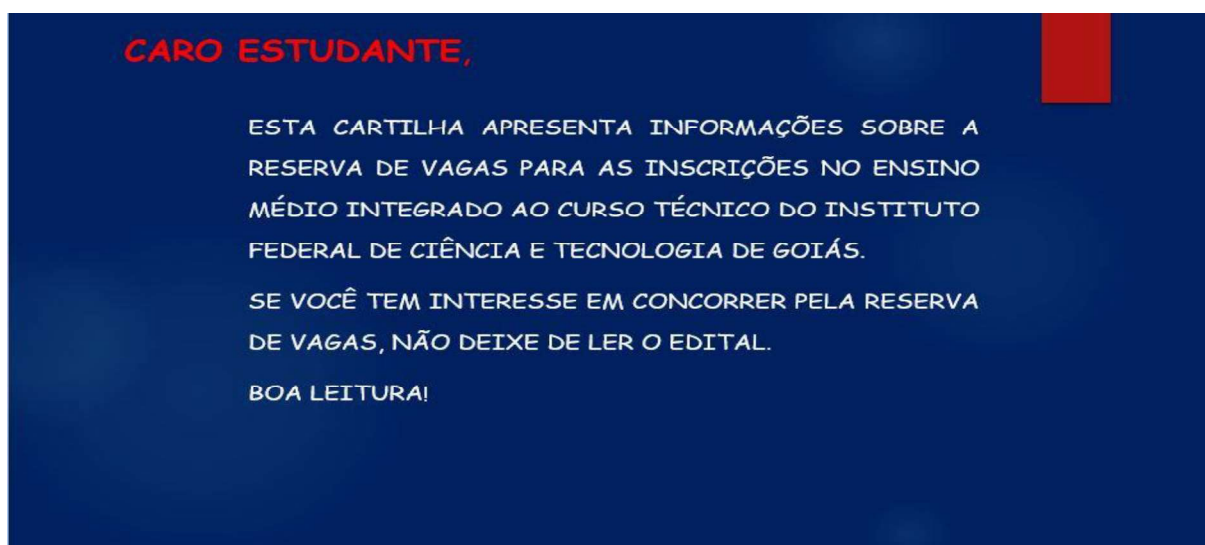
Figura 1 – Capa da Cartilha



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na capa apresentamos o título da cartilha, seu objeto e o público a quem se destina. Essa identificação inicial sobre o que é o material e a quem se destina deve ser o ponto de partida para o leitor entender o texto, sem nenhum padrão enigmático que possa despertar o desinteresse em acessar o material. Chamamos atenção também para a imagem da capa, que apresenta pessoas, sem a estereotipação de gênero ou raça.

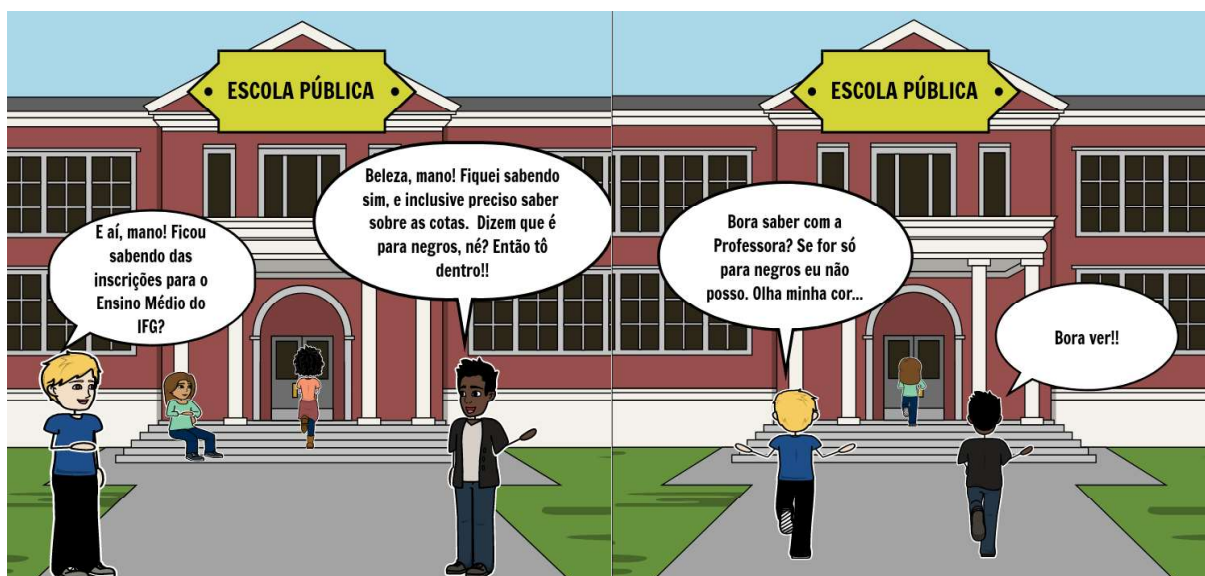
Figura 2: Apresentação



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 2, apresentamos a cartilha ao público-alvo, indicando o objeto do material e reforçando a importância da leitura do edital de seleção. Importante salientar que esta cartilha não substitui as informações previstas no edital.

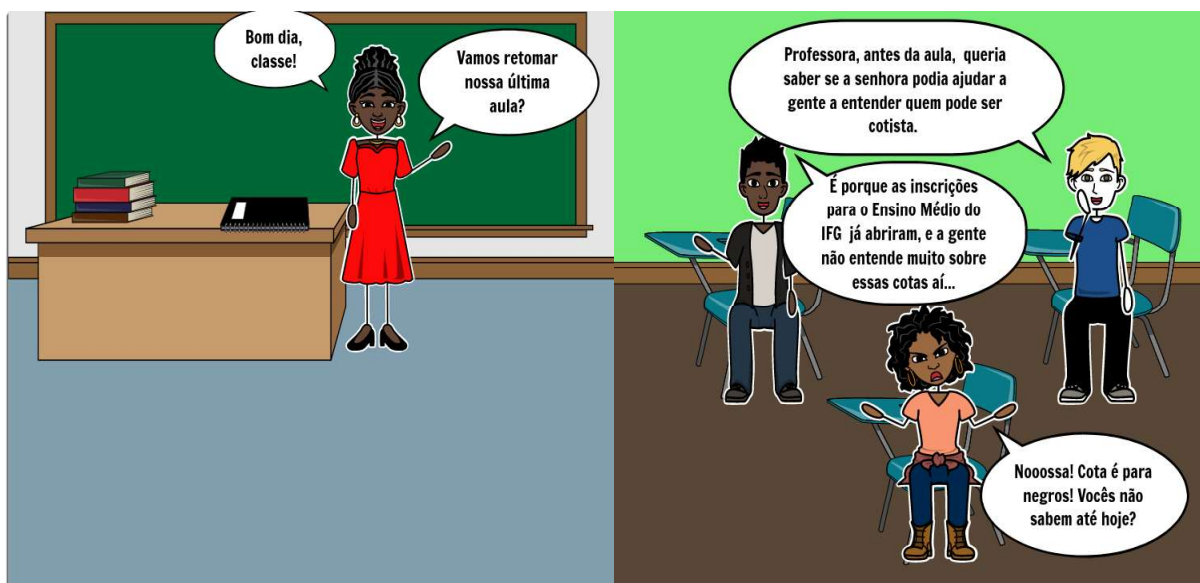
Figura 3: Imagem 1 e 2



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 3, apresentamos o primeiro diálogo e o cenário onde a “história” se desenvolve. Chamamos atenção para o “nome” da escola. Utilizamos “Escola Pública” como forma de deixar marcado na memória que a lei de cotas destina a reserva de vagas aos estudantes da rede pública de ensino. A linguagem do diálogo é aquela mais próxima da que os estudantes utilizam entre si. O diálogo versou sobre o processo seletivo do IFG e a questão das cotas.

Figura 4: Imagem 3 e 4



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 4, o cenário é uma sala de aula, com a imagem do quadro, mesa do professor e cadeiras dos estudantes. Buscamos reproduzir com a maior fidelidade o contexto de uma aula, em que professora e alunos interagem de modo informal e respeitoso. Colocou-se a professora junto à mesa e ao quadro como forma de identificá-la dentro do contexto da sala de aula, numa posição afetiva do “Bom dia” dado aos estudantes. Quanto aos estudantes, buscamos reunir representantes dos grupos raciais (preto, pardo e branco), a fim de reforçar que as cotas se destinam aos estudantes da escola pública e não, exclusivamente, aos segmentos não brancos. No tratamento das imagens, atentamos para as expressões dos estudantes como elemento a mais na construção da mensagem.

Figura 5: Imagem 5 e 6



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 5, acentuamos a expressão de espanto e decepção do colega negro quando o colega branco diz que não pode ser um cotista por ser branco. A professora logo se prontifica a apresentar um material (cartilha) que pode sanar as dúvidas deles. A história, ao mesmo tempo que apresenta uma aula de leitura, apresenta também o conteúdo lido, conforme a aula se desenvolve.

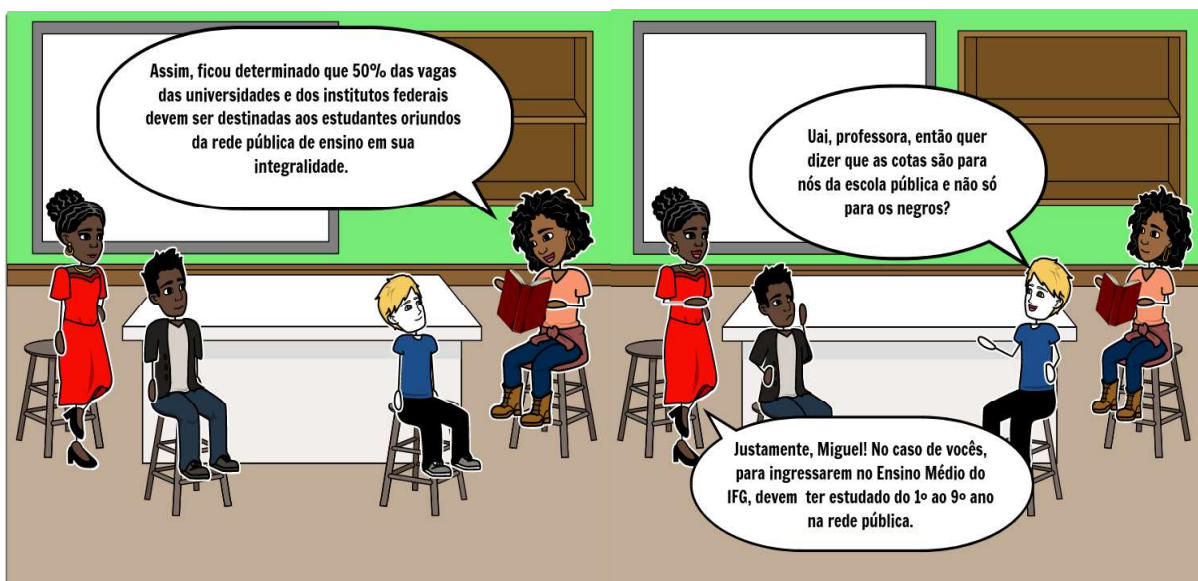
Figura 6: Imagem 7 e 8



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 6, verifica-se uma mudança de cenário, indicando mudança da sala de aula para uma sala onde se pode estudar em grupo. Os estudantes e a professora apresentam posicionamento e expressões de atenção à leitura que está sendo feita pela estudante Alice. O conteúdo lido versa sobre os seguintes tópicos: cotas como “Política de Ação Afirmativa” e a importância do “Movimento Negro” para a conquista do estabelecimento da lei de cotas.

Figura 7: Imagem 9 e 10



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 7, a estudante Alice continua a leitura da cartilha, apresentando qual a porcentagem de vagas que são destinadas aos cotistas e também a quem se destinam essas vagas. Miguel interrompe a leitura para confirmar que as vagas para os cotistas devem ser destinadas aos estudantes oriundos da escola pública, independentemente da raça. As expressões indagativas e receosas ainda permanecem nos rostos dos estudantes.

Figura 8: Imagem 11 e 12



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 8, observa-se que o estudante Pedro consegue interpretar o caso de um familiar que passou pela educação da rede privada e que, mesmo sendo negro, não vai poder

ingressar pelas cotas assim como ele. O estudante Miguel, após ter tirado sua dúvida, apresenta expressão de felicidade por descobrir que também poderá concorrer às cotas. Alice, com expressão atônita, demonstra descobrir que estava enganada sobre as cotas.

Figura 9: Imagem 13 e 14



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 9, Alice prossegue a leitura, abordando a questão da renda. A partir daí, já supomos a indagação ao que se refere essa renda, com a pergunta realizada por Pedro. A professora então explica a conta que devem fazer em casa para descobrirem sua renda familiar *per capita*. Chamamos novamente a atenção para expressões de dúvidas e os posicionamentos dos estudantes e da professora diante do diálogo estabelecido.

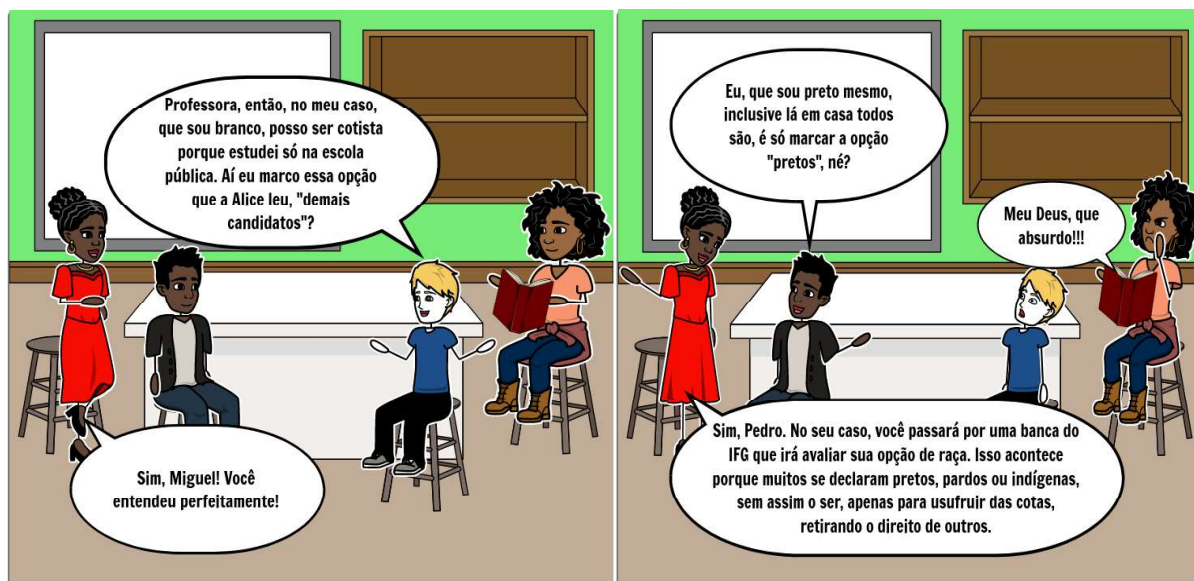
Figura 10: Imagem 15 e 16



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 10, a professora já se adianta das questões documentais de quem deve comprovar a renda inferior, alegando que as mesmas serão tratadas mais adiante. Alice continua a leitura dos temas da lei, apresentando a terceira subdivisão das cotas que se refere à raça, na qual estão incluídos pretos, pardos e indígenas, e também as pessoas com deficiência. Para aqueles que não se enquadram nesses grupos, existe a opção “demais candidatos”.

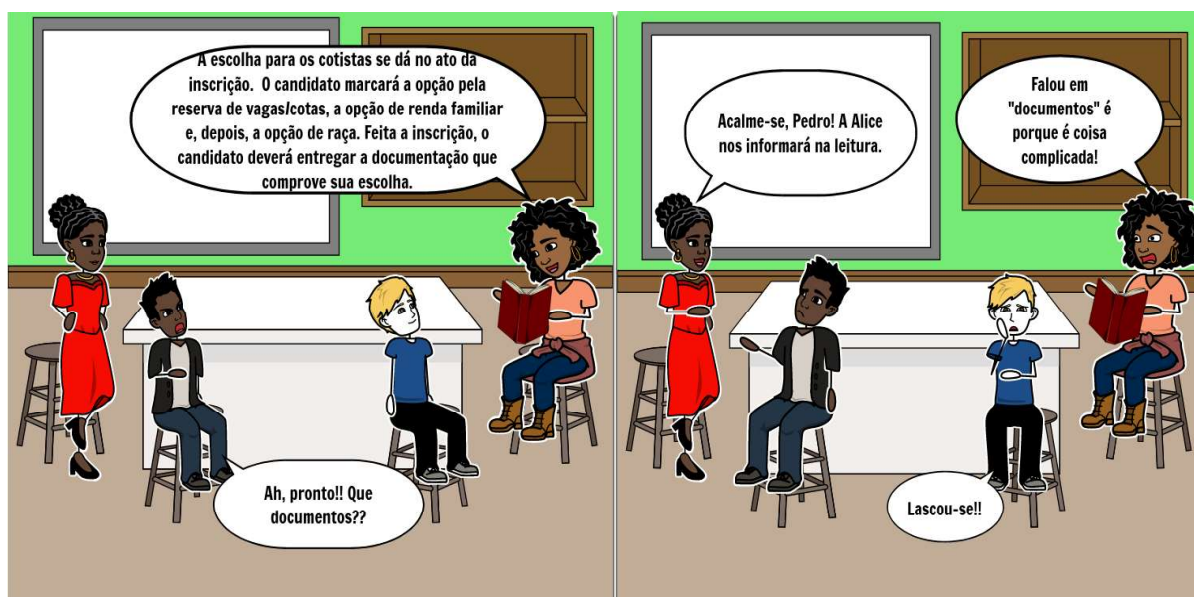
Figura 11: Imagem 17 e 18



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 11, o estudante Miguel apresenta sua conclusão de que ele está incluído no grupo dos “demais candidatos” por ser branco. Pedro também se identifica dentro da sua etnia negra, confirmando o grupo ao qual pertence. Importante ressaltar a fala da professora após a indagação de Pedro, afirmando-lhe que ele ainda deve passar por uma avaliação de heteroidentificação realizada por uma banca. Alice expressa-se com espanto sobre o absurdo dos candidatos burlarem as cotas definidas para grupos específicos.

Figura 12: Imagem 19 e 20



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 12, Alice prossegue na leitura com explicação de como se dá a escolha das cotas no ato da inscrição. Expressões de espanto surgem nos estudantes apenas por ouvirem a temida palavra “documentos”.

Figura 13: Imagem 21 e 22



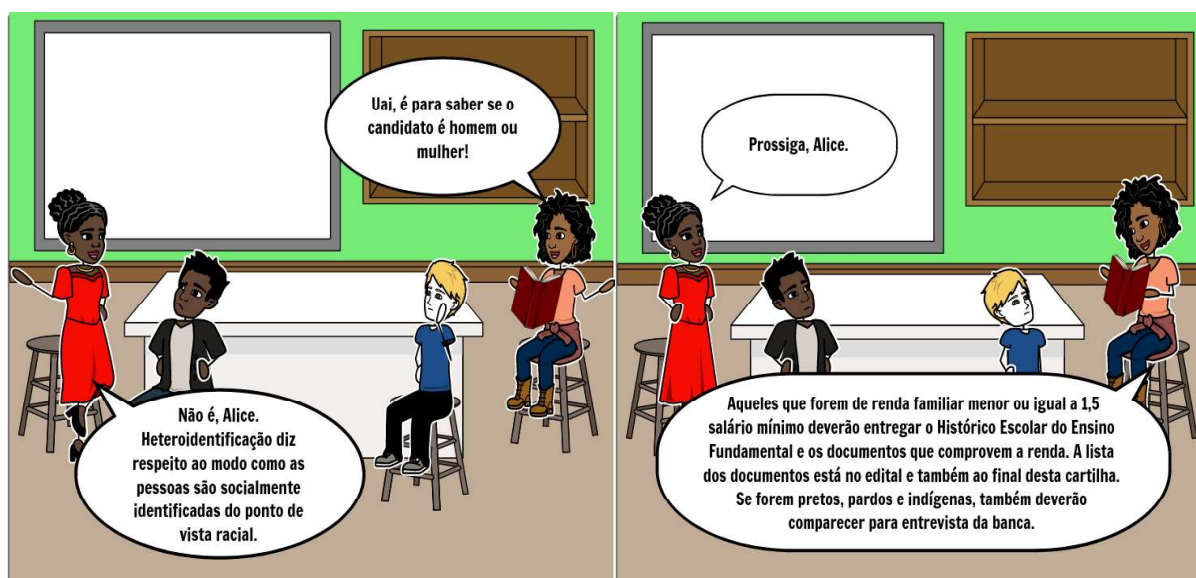
Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 13, Alice lê sobre os documentos que devem ser apresentados. O edital de seleção informa que o candidato deve apresentar o Histórico Escolar do Ensino Fundamental integralmente. É comum que os candidatos apresentem esse documento com os dados de 6º ao 9º ano por não entenderem o significado da integralidade, sendo assim eliminados do grupo dos

cotistas por não terem atendido ao quesito do edital. Assim, salientamos a importância desse tipo de informação “extra” na cartilha, que ajudará o candidato a pedir o documento de maneira correta, inclusive indicando onde ele deve solicitar o documento em sua escola, atentando sempre para os prazos dispostos no edital.

Além disso, na leitura, Alice traz a informação para aqueles que se incluem na renda menor e nas cotas raciais de pretos, pardos e indígenas, que deverão apresentar os documentos citados e comparecer a banca de “Heteroidentificação”. A chamada do nome da banca se apresenta nas expressões de espanto dos colegas Pedro e Miguel, de forma que nem replicar o nome foi possível.

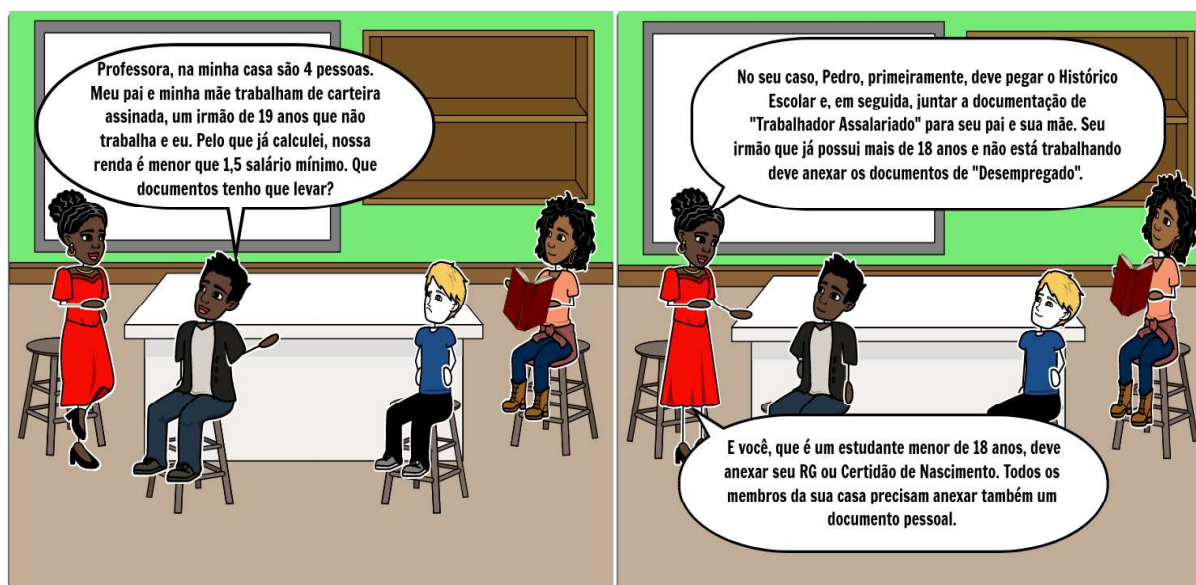
Figura 14: Imagem 23 e 24



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 14, Alice se expressa com convicção ao definir o conceito de “heteroidentificação”, acreditando que seja algo relacionado ao gênero. Já a professora faz o reforço aos estudantes do significado do termo, aproximando-se de uma realidade que pode acontecer com o candidato na leitura do termo. Alice prossegue a leitura, dando continuidade na explicação da situação para os candidatos de renda maior, apresentando as documentações necessárias a esse grupo.

Figura 15: Imagem 25 e 26



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 15, apresentamos uma situação hipotética representada pela família do estudante Pedro, como forma de auxiliar o candidato numa exemplificação de um caso bem comum que nos chega para análise. Pedro caracteriza sua família identificando o tipo de atividade de cada um, solicitando à professora os informes de quais documentos precisa apresentar, sendo ele um candidato que se enquadra na cota de renda menor. A professora discrimina cada tipo de documento para cada tipo de situação (menor, assalariado e desempregado).

Conforme pode ser observado, a questão documental do candidato cotista de baixa renda não é algo tão simples de se analisar e identificar. No caso das cotas para o Ensino Médio do IFG, lidamos com um público muito jovem, que por vezes precisa ir atrás dessa documentação da família mesmo sem auxílio dos pais. A complexidade do edital de seleção com tantos documentos torna-se por vezes um impedimento para que o candidato chegue a essa etapa de comprovação de maneira correta. Reforçamos novamente a importância da cartilha como um material “extra”, que possa auxiliar o grupo de candidatos cotistas com uma linguagem não tão formal, utilizando-se de situações hipotéticas para que possam se identificar de alguma forma com o caso retratado.

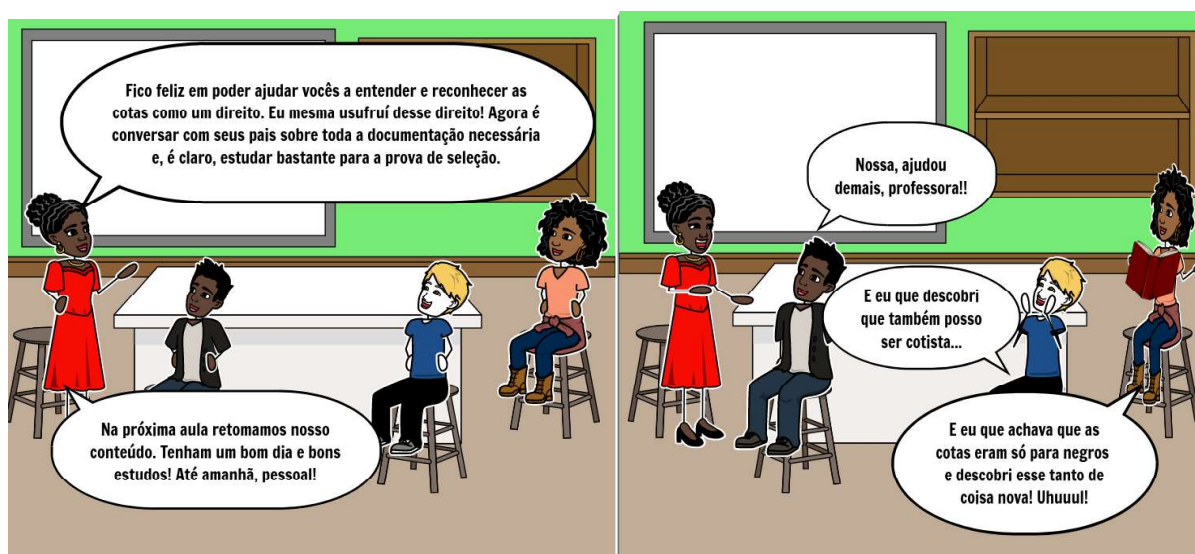
Figura 16: Imagem 27 e 28



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 16, apresentamos mais duas situações hipotéticas diferentes de cada estudante, com o intuito de auxiliar os leitores da cartilha na sua identificação pessoal com cada situação. Começamos pela Alice que apresenta seu caso à professora como sendo cotista, de renda maior e etnia parda. Alice identifica quais documentos deve apresentar (Histórico Escolar) e, por ser de etnia parda, deve participar da banca de heteroidentificação. Já Miguel identifica-se no grupo de renda maior, assim como Alice, porém de etnia branca. Miguel, por sua vez, identifica que deve apresentar apenas o Histórico Escolar como documento e marcar, no ato da inscrição, a opção “demais candidatos”.

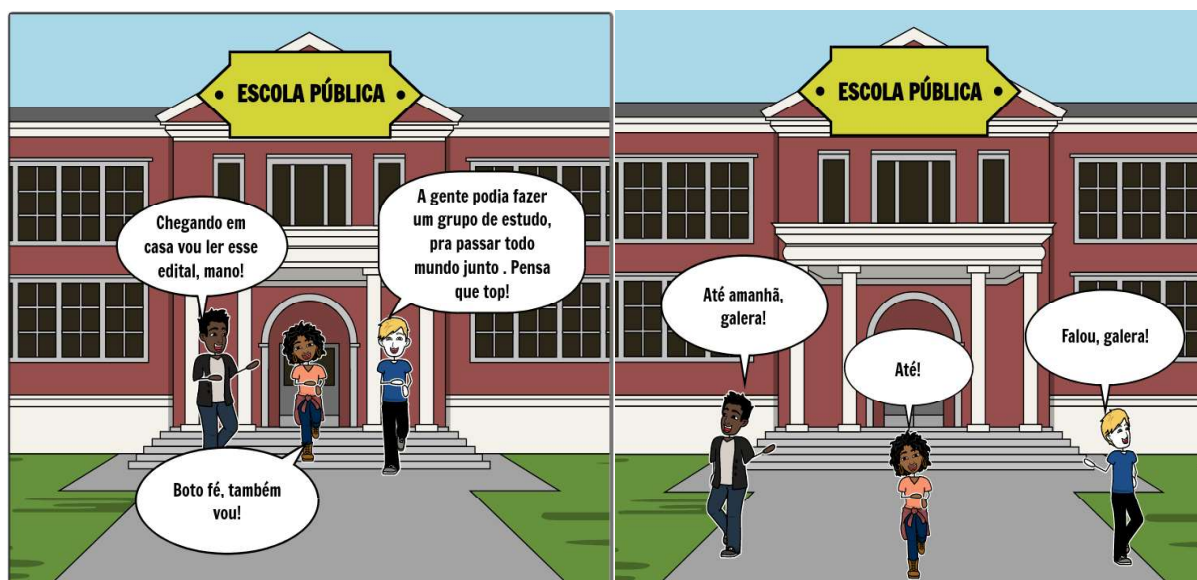
Figura 17: Imagem 29 e 30



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 17, apresentamos as expressões já aliviadas dos estudantes por terem aprendido aquilo que não sabiam sobre as cotas. Nos diálogos, cada estudante apresenta seu entendimento e a professora recomenda que eles conversem com os familiares sobre as documentações, fiquem atentos aos prazos e estudem para a seleção.

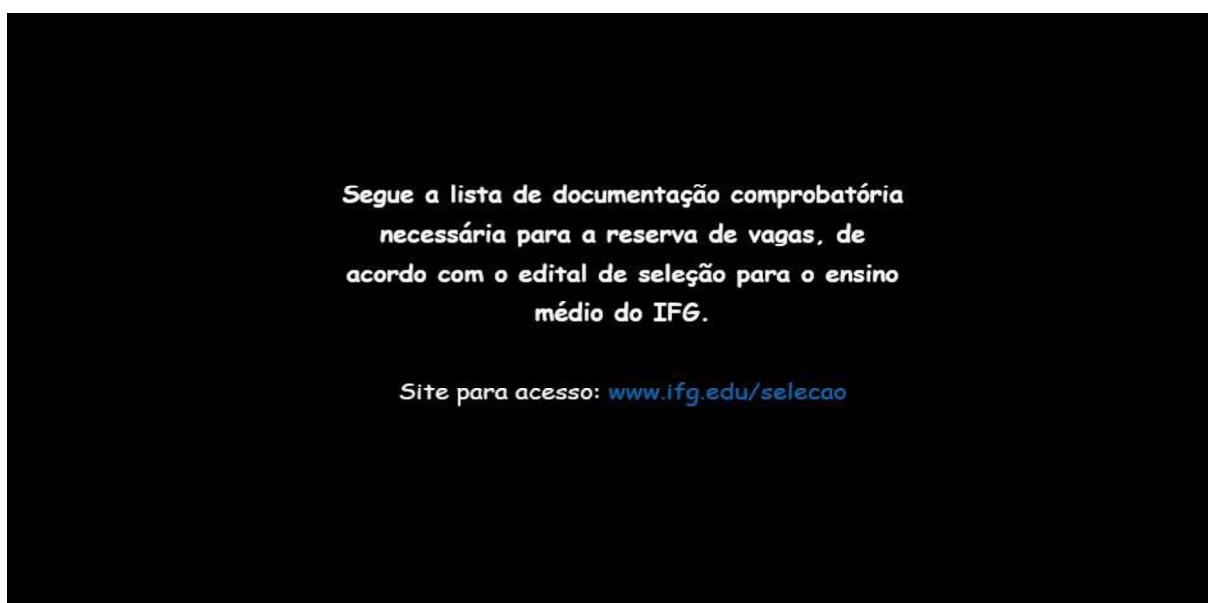
Figura 18: Imagem 31 e 32



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 18, muda-se novamente o cenário, com os estudantes saindo da escola e indo para sua devida direção, com expressão de felicidade e empolgação para o estudo e o despertar da curiosidade para analisar o edital de seleção.

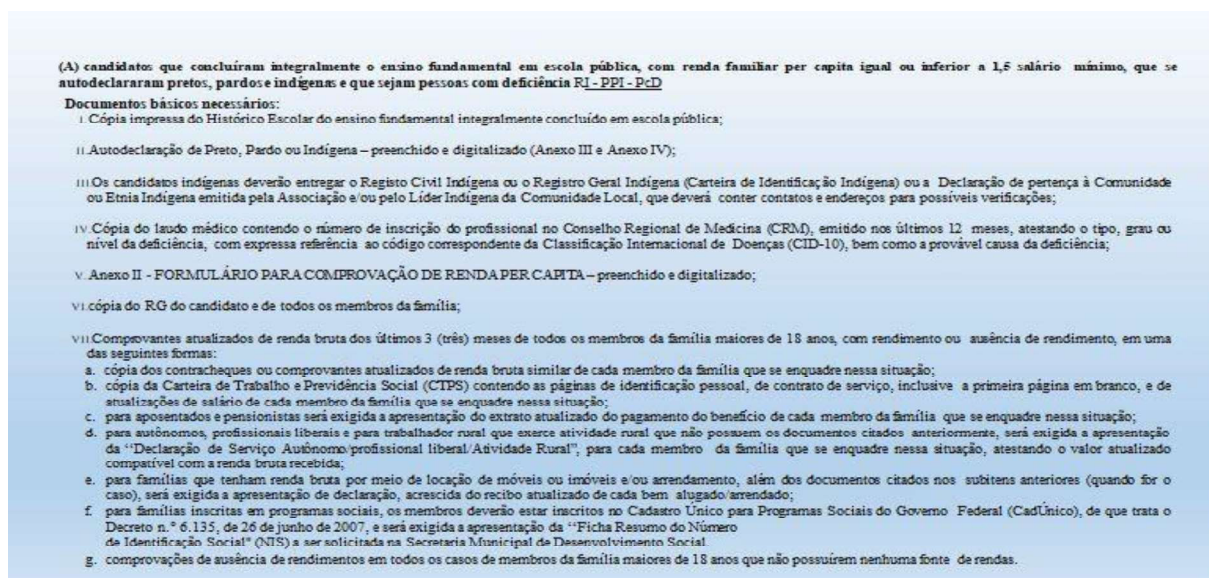
Figura 19: Chamada da documentação



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 19, fazemos a chamada da apresentação da documentação que devem ser apresentadas no IFG para comprovação das cotas. Informamos também o site institucional para reafirmar que é preciso acessar o site do IFG e do edital para estar a par de todos os informes.

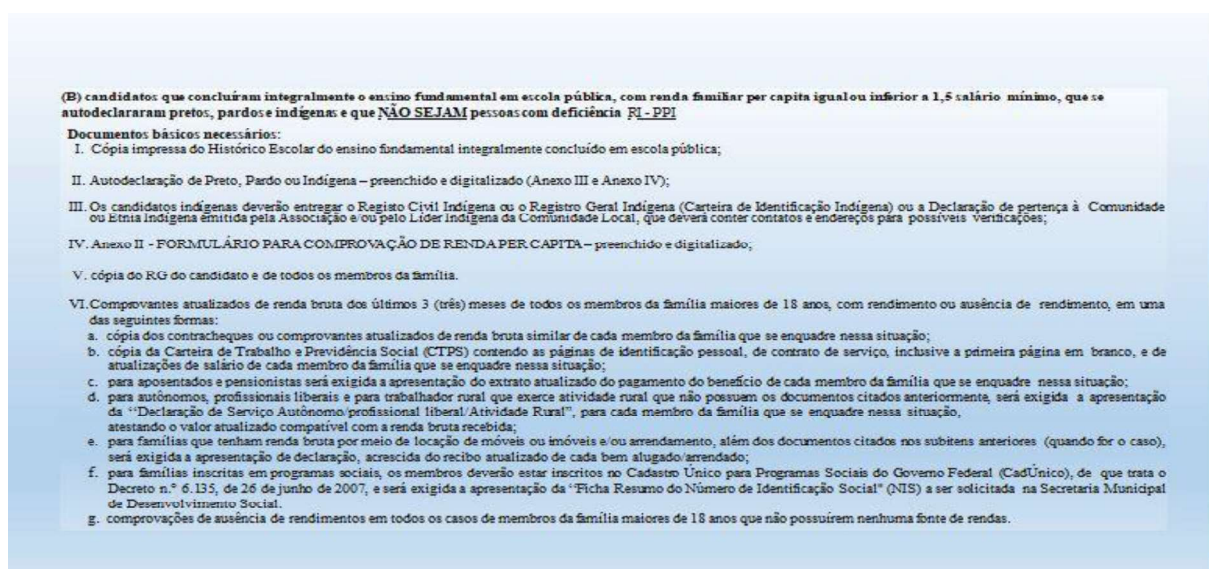
Figura 20: Documentos do Anexo A (Edital)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 20, estão listados os documentos que os candidatos – que concluíram integralmente o ensino fundamental na escola pública, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência – devem apresentar.

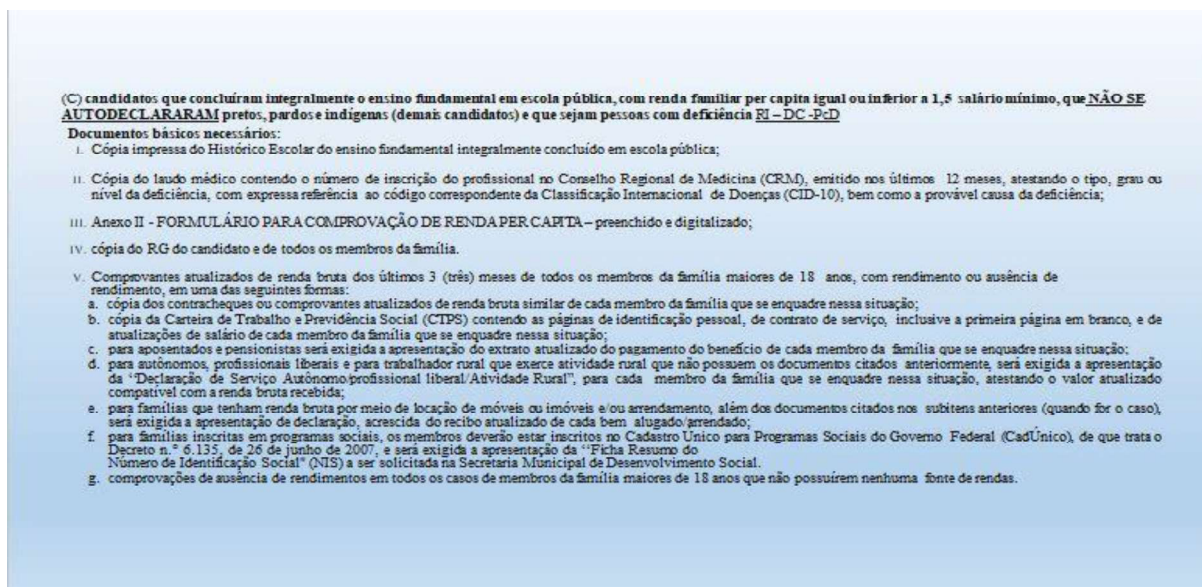
Figura 21: Documentos do Anexo B (Edital)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 21, estão listados os documentos que os candidatos – que concluíram integralmente o ensino fundamental na escola pública, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que não sejam pessoas com deficiência – devem apresentar.

Figura 22: Documentos Anexo C (Edital)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 22, estão listados os documentos que os candidatos – que concluíram integralmente o ensino fundamental na escola pública, com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência – devem apresentar.

Figura 23: Agradecimentos

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma: <https://www.storyboardthat.com/pt>

Na figura 23 encerramos a cartilha, parabenizando a quem realizou a leitura, com ensejo de realização de uma boa prova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS INCONCLUSAS SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

Esta cartilha digital ficará disponibilizada na forma de um site, bastando um clique no link (<https://www.cartilhacotasifg.com/>) ou a digitação no Google de “cartilha cotas ifg” para acessá-la. Há interesse nosso de disponibilizá-lo para uso institucional, seja por meio do processo seletivo seja por outro expediente. Para tanto, esse material será apresentado à Pró-Reitoria de Ensino do IFG para, caso haja interesse, divulgá-lo na página do Centro de Seleção. Assim, a cartilha poderá integrar o acervo de vídeos com tutoriais que o centro utiliza para auxiliar na inscrição dos candidatos.

Assim, esta cartilha digital vem no sentido de acolher o grupo de estudantes cotistas, ao menos no primeiro processo de contato com o IFG. Acreditamos que as cotas devem ser amplamente divulgadas com informações claras e objetivas. Cotas e ações afirmativas são sempre conteúdos pautados institucionalmente em eventos, mas é importante que esse discurso esteja presente no ambiente do público alvo que delas irão usufruir.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. A Origem da cartilha no Brasil como instrumento privilegiado de controle do estado. In: O EDUCERE – XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais de pesquisa**, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 26 a 29 de outubro de 20115. p. 25298-25312.

DAHER, A. 1998. Escrita e conversão: a gramática tupi e os catecismos bilíngues no Brasil no século XVI. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 8, p. 31-43, maio/jun./jul./ago. 1998.

DICIONÁRIO. Dicionário Online de Português. 7Graus, 2009 – 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cartilha/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 52, v. 20, p. 41-54, nov. 2000.

SHIROMA, Eneida O. **Política Educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita**. 2017. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.